



REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua do Laranjal, 60-3.º—PORTO

SUCURSAL EM LISBOA
Rua do Arco da Graça, 4-2.º

REDACTOR PRINCIPAL—Antonio Alves Pereira

Propriedade do Grupo «Aurora Social»

EDITOR—Mactiel Barbosa

Condições d'Assinatura (Pagamento adiantado)
(Um mez \$05 (50 reis); Semestre \$30 (300 reis); Um ano \$60 (600 reis)
Para fora do país acresce o importe do selo.
Numero avulso \$01 (10 reis)
Comp. e Imp. na Tipografia Peninsular
Rua dos Mercadores, 171—PORTO—Telefone, 737

O IMPERIALISMO DO POVO ALEMÃO

O povo alemão é cúmplice do enorme delicto preparado pelos seus dirigentes, pois nenhuma opposição séria lhe fez. Pelo contrário: até o encorajou. Enquanto nos países latinos e anglo-saxónicos, paralelamente com o desenvolvimento capitalista, se afirmava o internacionalismo proletário contra a guerra e contra a superstição patriótica, opondo as suas forças organizadas ao Estado e ao militarismo, nos países germânicos até o socialismo se mostrou sempre renitente a manifestar-se contra a barba patriótica, a não ser com vagas e platónicas afirmações. Recordemos que em todos os congressos internacionais socialistas foram sempre os alemães que impediram a aprovação da Greve Geral insurreccional como resposta do proletariado a uma eventual declaração de guerra feita pelos governantes. E na organização sindical foram ainda os alemães quem obstou a uma resolução semelhante.

E' que nos países germânicos, assim como persistem na nação, mais fortes do que nunca, as sobrevivências feudais, a despeito do maravilhoso desenvolvimento do capitalismo desde 1871 para cá, assim também persistem no proletariado as mais absurdas superstições de ordem social, apesar do desenvolvimento numérico dos seus sindicatos e do partido socialista. A Alemanha apresenta-nos o fenómeno estranho de um país em que coexistem, integrando-se, duas forças que em qualquer outro povo tendem pelo contrário a excluir-se reciprocamente: a indústria, o comércio, o banco, todas as actividades burguesas tem lá prodigioso incremento e absoluto domínio no campo económico; mas exercem escassíssima influencia no campo político, reservado ás castas fechadas da aristocracia e do militarismo. A Alemanha vem a ser assim, não uma nação burguesa, mas uma espécie de monstro de duas cabeças, como a sua águia, um Estado feudal-burguês, onde são possíveis os mais bizarros anacronismos.

Mas qual é então o principio, a ideia, o facto que liga as partes diversas deste monstro, com as suas duas cabeças—feudal e burguesa—e com o grande corpo, pesado, potente, enorme, constituido pelo povo inteiro? Seria inconcebível semelhante fenómeno sem um grande sentimento, tam forte e profundo que domine tirânicamente todos os outros, a ponto de fazer renunciar a qualquer lógica. Esse sentimento é o imperialismo. Cada tedesco—seja ele um principote agrário, um industrial, um banqueiro, um negociante, um professor ou um operário socialista,—tem no coração a ideia mística da missão imperial da Alemanha. Esta ideia está tam arraigada na tradição e no espirito alemão que se estende até aos campos onde parece que menos deveria medrar. Surgiu quando as ordas germânicas puderam lançar-se sobre o organismo em decomposição da sociedade romana, da qual os recém-vindos se apresaram a declarar-se herdeiros e em breve se concretizou na constituição ideal do Santo Império Romano, que representava no caos medieval o principio de unidade e de autoridade. As nossas comunas, as nossas republicas—que agitavam, pelo contrário, o principio oposto de autonomia e de liberdade—conheceram várias vezes toda a brutal violência do imperialismo teutonico. Nem a guerra civil da «bota de ferro» no

primeiro quartel do século XVI, nem a terrível guerra dos trinta anos conseguiram arrancá-lo. Ouvimos com efeito confirmar por Fichte, nos seus discursos á nação tedesca, realizados em 1807, depois de ter a batalha de Jena deixado a Alemanha nas mãos de Napoleão, a ideia da missão imperial da Alemanha envolvida num conceito que vem a ser o dos socialistas seus compatriotas. E' claro que as vitórias de 1866 e 1870 e a conseqente formação do império alemão sob a hegemonia prussiana tornaram mais do que nunca absoluta na alma de cada teutão a ideia imperialista.

A esta ideia sacrificaram os alemães, todos os alemães, a sua própria liberdade, a ponto de não quererem fazer a revolução para conservar o Estado forte, pondo ao serviço do imperialismo toda a sua formidável capacidade de organização. Nem os socialistas fogem a esta regra e a sua actual attitude é disso a consequencia lógica. Como resolvem a berrante contradicção entre o seu internacionalismo teórico e o seu patriotismo prático, explica-o admiravelmente Bakunine numa das suas vivazes polémicas contra Marx: resolvem-na proclamando que «a grandeza e o poder da Alemanha como Estado são a suprema condição da emancipação de todo o mundo, que o triunfo nacional e político da Alemanha é o triunfo da humanidade...» E nisto não há má-fé alguma, mas sim a convicção absoluta da superioridade tedesca em face dos «latinos que já viveram e dos eslavos que ainda não nasceram, e que por outro lado são demasiadamente bárbaros para vir a ser alguma coisa por si mesmos sem a ajuda da Alemanha».

E' o conceito de Fichte, ao qual atrás aludi, transportado aliás até para todo o movimento operário económico e político, graças ao qual o método sindical alemão e o socialismo germânico acabaram por se impor inflexivelmente na Internacional proletária, implantando nela a concepção centralizadora, estatolatra e pangermânica.

ALCESTE DE AMBRIS.
(De L'Internationale.)

"NADA TEMOS QUE DEFENDER"

Um correspondente dum jornal parisiense soudeu a opinião dos camponeses do departamento do Sarthe sobre a guerra. Conversou com as camponesas, espôsas, irmãs ou filhas de soldados: nenhuma se resigna ao facto consumado. Travou-se com frequência este diálogo:

—Mas sempre é preciso defender o nosso território!
—Nós nada temos que defender meu senhor. E depois os alemães não tem também uma familia? Porque haviam elles de vir fazer-nos mal?
—Não são os operários e camponões alemães que querem a guerra, mas os fidalgotes da Prússia. E como os operários e camponões alemães não tem energia nem força para se livrarem dos parasitas que os aconselham a matar e saquear, os pobres diabos deixam-se levar. Vamos então deixar suprimir as liberdades de que gozamos?
—Nós, os pequenos da aldeia, meu senhor, não gozamos liberdade alguma. Temos que labutar des-

de o ano novo até ao S. Silvestre para poder ir vivendo.

O citado correspondente, aliás homem de ideias modernas, acrescenta que, se se fala de «cultura francesa» a esses rústicos, cuidam que é cultura de trigo e de batatas. Que prova disso? Prova que o homem não vive só de pão, mas é de pão que ele vive primeiramente.

O povo não pode comprehender a defesa da «cultura», da «civilização», da «liberdade», dos «interesses superiores da humanidade»—sem ter previamente o pão assegurado, sem gozar das essenciais liberdades económicas.

Faça-se primeiro a revolução que dê tudo a todos, que todos tenham realmente que defender—e veremos as mães, espôsas e filhas do povo serem as primeiras a incitar os homens á batalha e correrem elas próprias ao encontro das ordas de escravos. Era o que dizia Bakunine durante a guerra de 70.

Os alemães, criados num ambiente militarista e feudal, atrasados algumas dezenas de anos em relação á mentalidade occidental, acham-se inflamados por um forte sentimento de patriotismo imperialista e agressivo: a esse sentimento os franceses, que já ultrapassaram essa espécie de patriotismo, só poderiam oppor eficazmente o sentimento revolucionário, poderosamente criado pela revolução triunfante, pela conquista de um novo mundo,—de um verdadeiro patrimonio, de uma verdadeira pátria.

A guerra, consequencia da paz armada

Ao lado de tantos aumentos que o nosso século trouxe á felicidade e ao conforto da humanidade, trouxe-os também ás suas misérias. Na primeira linha destes últimos está a deplorável descoberta dos métodos que permitem rodear a paz dos piores atributos da guerra. A paz tornou-se tam nociva como a guerra ao desenvolvimento regular da liberdade, pela influencia nefasta dos grandes exercitos permanentes, pela dominação funesta das ideias militaristas. Torna-se nociva, como a guerra, ao bom governo dos homens, pelos seus impostos esmagadores, pelos seus embaraços financeiros, por esse incessante crescer da divida pública, que distingue, com poucas excepções, todos os Estados da Europa. Cria um estado de espirito invejoso e colérico entre as nações. Torna certa a própria guerra, resultado fatal desse estado de preparação armada que fingem apresentar-nos como sendo o verdadeiro preservativo contra os conflitos internacionais...

Sem falar das exigências da presente guerra, os exercitos permanentes contam um efectivo duplo e custam um orçamento duplo do que era outrora considerado intolerável por homens de grande autoridade. Estabelecimentos militares crescentes, divida crescente, tal é o balanço sumário mas exacto da marcha das coisas até á horrível crise actual. E a questão que exige pronta solução é saber se a terrível efusão de sangue e do dinheiro a que assistimos estimulará ainda mais furiosamente para o futuro a loucura destes últimos tempos, ou servirá de prefacio a um periodo de desarmamento, juizo e segurança.

Transição feita pela Bataille Syndicaliste

A CONFLAGRAÇÃO

O operariado e as classes médias perante a guerra

No artigo que sob este mesmo título publicámos no ultimo numero d'A Aurora mostrámos quais as verdadeiras causas da guerra actual, quem de ha muito a vinha preparando e tornando inevitável, e por ultimo quem poderia lucrar com ela.

Ha porém um ponto que se torna necessario acentuar, afim de destruir tanto quanto possível no espirito do povo um grosseiro preconceito habilmente propagado pela imprensa burguesa. Esse preconceito consiste em confundir a vitória de um exercito com o triunfo de um povo.

Ora esta confusão que parece á primeira vista absolutamente natural tem na história o mais categorico dos desmentidos. Assim, na guerra russo-japoneza, por exemplo, foi, como ninguem ignora, o exercito japonês o vencedor; pois apesar disso as condições económicas do povo japonês pioraram extraordinariamente após a guerra; a esta seguiu-se uma pavorosa crise sofrida não só pelo operariado mas também pelas classes médias. As fabricas fechavam por toda a parte, atirando á rua milhares e milhares de sem-trabalho, os géneros encareciam, e as contribuições aumentavam.

Eis as delicias da vitória de um povo! Mas o caso é geral: deu-se na America do Norte após a sua vitória sobre a Espanha; na Italia depois da conquista da Tripolitana; nos Balcans a seguir á derrota dos Turcos; na Espanha durante a gloriosa occupação de Marrocos, etc., etc.

E o caso explica-se e comprehende-se: é que a guerra não é apenas aquella repugnante ceifeira de vidas, que distribui por onde passa o luto e a dor; ela é também a implacável destruidora das riquezas que o nosso braço produziu e acumulou durante gerações consecutivas.

Para fazer as despesas da guerra os estados individam-se e essas dividas seremos nós, os únicos produtores de todas as riquezas, que as pagaremos; perdemos e estragam-se navios de guerra, canhões, fortalezas, que hão-de ser reparadas, reconstruidas á nossa custa, pelo aumento das contribuições. Depois a guerra é um fortissimo abalo económico que atinge todos e que só as grandes empresas industriais e comerciais podem aparar; a pequena industria e o pequeno comércio são de tal modo atingidos, pela paralisação forçada dos seus negócios, que muitas vezes a guerra lhes traz a faleccia. Fabricas paralisadas, oficinas fechadas, casas de comércio falidas e encerradas, e o grande exercito dos desocupados aumentado por essa legião de falidos lançados dum dia para o outro na miséria e que nem ao menos um offico sabem!

Mesmo nos países vencedores a grande maioria dos seus habitantes pioram de situação, são lançados na miseria, ficam de facto vencidos, para que meia ducia de grandes financeiros seus compatriotas (!) tenham o monopólio dos empréstimos nacionais e estrangeiros, para que as grandes empresas industriais consigam novos mercados, onde possam, sem o temor da concorrência estrangeira, roubar á sua vontade os indigenas!

Portanto, nós, os trabalhadores, seja qual for a sorte dos exercitos em luta, sejam quais forem os

países vencedores, seremos sempre e por toda a parte os vencidos.

Os avançados e a guerra

Por outro lado a guerra representa sempre um retrocesso, o triunfo das ideias as mais reaccionárias—a não ser, é claro, que tenha como consequencia uma revolução triunfante.

Posto este caso de parte e analisada a guerra em si ela é sempre o triunfo da reacção.

Ainda ha pouco o dizia um jornal abertamente conservador: «vença a Alemanha ou vença a França, seremos sempre nós, os conservadores, que triunfaremos, porque a guerra, sejam quais forem os seus resultados, representará sempre o triunfo das nossas ideias e o esmagamento do radicalismo, do socialismo, de todas as ideias avançadas.»

E os conservadores que assim falam demonstram franqueza e intelligencia. Duma maneira geral, e sem entrar em linha de conta com prováveis futuros movimentos revolucionários, eles tem razão.

A casta militar, essencialmente conservadora, coberta de prestigio e admirada pelos seus feitos heroicos, impõe-se ao voltar da guerra, e então esta em vez de representar o triunfo das ideias de liberdade, é, pelo contrario, o inicio duma época de conservantismo e de feroz repressão.

E' necessario pois que nos conservemos vigilantes para no momento próprio reagirmos intelligente e energeticamente contra essa onda de conservantismo que pretende avassalar o mundo. De contrario, triunfe a Alemanha ou triunfe a França, os vencidos seremos nós—os avançados.

Porque se não evitou a guerra?

Mas, dirão os leitores, se é verdade que os financeiros e os industriais de ha muito preparavam este estado de coisas de que resultou a guerra, não é menos verdade que, sobretudo na França e na Alemanha, os elementos que tem interesse na paz, de ha muito se preparavam para evitar a guerra; porque não a evitaram?

Entre nós, como em França, e como em todos os países informados pela imprensa afecta aos interesses da «triple entente» attribuem-se todas as culpas aos socialistas alemães; foram eles, dizem, que não souberam ou não quiseram evitar a guerra; deviam ir, se necessario fosse, até á revolução, afim de impedir esta inutil e estúpida carnificina.

Na Alemanha, pelo contrario, assim como nos países por ela exclusivamente informados, attribuem-se as culpas aos socialistas francezes, que não tomaram uma attitude violenta, revolucionária, para impedir a guerra.

Quem tem razão? Uns e outros a tem, porque nem uns nem outros foram até aos ultimos recursos para evitar a guerra.

Em França exigia-se que fossem os socialistas alemães os primeiros a fazer a insurreição, pois que era a Alemanha a agressora; e os socialistas alemães, firmemente convencidos de que a agressão partira da França, como o dizia toda a imprensa germanica, esperavam, com a mesma lógica, que os seus camaradas francezes iniciassem a greve geral revolucionária.

E' que os governantes dos dois países, sabendo previamente que a grande maioria dos seus súbditos se recusaria a tomar a ofensiva, tiveram o cuidado de convencer toda a gente, por meio de notícias oficiais habilmente engendradas e da censura exercida sobre as informações particulares, de que eram os outros os agressores; e assim conseguiram, até certo ponto, tirar aos socialistas dos respectivos países a autoridade moral para, por meios violentos, impedirem a guerra.

De resto não se tratava apenas da defesa da Independencia, do solo querido da Patria, etc.; em França, segundo a grande imprensa, a guerra era tambem a defesa da Liberdade, do Progresso, da Civilização, contra o imperialismo germanico; e na Alemanha, a guerra, além de ser uma luta pela Integridade e Independencia Nacionalis ameaçadas, era tambem a defesa do Progresso, da Ciencia, da Civilização germanica, contra o czarismo russo, contra a coligação dos bárbaros da Europa.

E após uns pálios e platinicos protestos contra a guerra, sem que uns ou outros tenham tido o desassombro de iniciar um movimento a sério, lá se deixaram conduzir ao matadouro onde se estão despedaçando aos milhões pelos interesses dos abutres da alta finança e dos bandidos da grande industrial

Que fazer?

Pois bem!

Nós, que sabemos que a guerra, vencedores ou vencidos, só nos acarretará, e a todos aqueles que não tenham grandes capitais a emprestar, uma sobrecarga de miséria; nós, que na guerra arriscamos tudo sem uma unica probabilidade de vitória, de melhoria moral ou material; nós, que sabemos que a guerra representa sempre o esmagamento das liberdades conquistadas, e o triunfo da reacção; nós, que não possuímos um unico palmo desse solo patrio para defender; nós, para quem as liberdades constitucionais são uma comédia repugnante e mentirosa, que odiamos essa caricatura de civilização, e esse progresso, realizado em beneficio dum classe, que nos esmaga e tritura e cada volta da sua roda; nós, não queremos a guerra!

A ela preferimos tudol

Para impedir semelhante catastrophe, todos os meios são bons, todas as violencias são justificaveis; porque a guerra é o pior de todos os males!

A guerra é para nós uma derrota certa.

A revolta, a insurreição, é sempre uma probabilidade de vitória. E ainda mesmo vencida, ainda que não alaste, ainda que seja esmagada, ela ficará na história a indicar aos vindouros o caminho da verdade, a mostrar-lhes que pela paz, pela humanidade, pelo nosso ideal luminosissimo de felicidade para todos os homens, demos tudo o que possuíamos — por que demos a vida!

Patriotismo ou que?

Percebendo a fraqueza e o artificial dos argumentos em favor do patriotismo, considerado como sentimento politico, como a fidelidade cega e inconsciente ao Estado e aos interesses burgueses, alguns democratas falaram-nos de civilização anglo-francesa (e russa, não?) e de barbaria germanica, da defesa de liberdade e dum patriotismo ideal contra o imperialismo teutonico.

Mas ao mesmo tempo aplaudem o patriotismo alemão e batem palmas ao gesto dos pseudo-socialistas alemães, que foram apertar a mão ao kaiser!

Em que ficamos então? Trata-se da defesa da «patria» dos ricos, ainda que seja um império militarista e semi-feudal, ou da defesa de liberdades e ideais?

Não deveriam os nossos democratas aconselhar os alemães a tomar o partido da civilização e da liberdade? Assim o entenderam alguns alemães, alistando-se em França na legião estrangeira; assim o entenderam tambem muitos franceses avançados, que apelam ainda para a solidariedade e cooperação dos socialistas e revolucionarios tudescos.

A lógica dos patriotas!

Contra a guerra

O movimento de protesto contra essa horrorosa carnificina que neste momento assola a velha Europa, vai-se espalhando por toda a parte. E conquanto não apresente aquela rapidez e aquela grandiosidade que seria para desejar, pelo menos mostra, á satisfação, todos os esforços dos revolucionarios sociais.

A imprensa burguesa de todos os matizes, em face destas manifestações antiguerreras, procura desnorrea-las amesquinha-las mesmo. Tem interesses ligados á guerra, e por isso não põe dúvida em valer-se de toda a bagagem literária dos seus perdigueiros, para servir ao público basbaque uma «mercadoria avariada.»

Mas nós, que sempre combatemos processos baixissimos dessa pseudo «alavanca do progresso», que sempre vimos nela um meio excelente de explorar o dinheiro e a ignorancia das massas populares, nós que pretendemos sempre restabelecer a verdade, pura e cristalina, continuaremos, através de tudo, a manter a mesma linha de conduta, certos de que compraremos assim com o nosso dever.

Assim, relataremos, embora resumidamente todos os comícios, sessões de protesto, conferencias, palestras, etc. que se efectuem não só contra a guerra actual como contra possíveis guerras futuras.

Na penultima quinta-feira, o nosso camarada Serafim Cardoso Lucena, a convite do grupo Verdade e Luz, realizou uma conferencia na sede do G. Recreativo «Boa Amizade», de Coimbra. A's 21 horas, achando-se a sala completamente cheia, o nosso camarada dá principio á sua conferencia que, sob todos os pontos de vista, resultou brilhantissima.

Com a sua palavra entusiástica, o nosso camarada expôs todas as origens da guerra e as victimas que ela ocasiona, deixando na miséria mais atroz aqueles que, desinteressadamente, e obedecendo apenas a um principio falso — o patriotismo — vão sacrificar-nos tortuosos campos da batalha a sua vida e a vida daqueles que lhe são caros. Referiu-se aos interesses inconfessaveis dos capitalistas, que modernamente provocam as guerras e demonstra que o afan de conquistar mercados, destruir industrias é que levou os Estados a armarem-se e a lutar uns contra os outros; desaparecido o interesse capitalista, claro que desapareceriam tambem essas horrendas chacinhas. Historia depois como a classe parasitaria firmou o seu poderio, criando a desigualdade e opressão, e advoga a necessidade imperiosa dos trabalhadores se unirem e harmonisarem para fundarem uma sociedade livre onde exista apenas a felicidade e o bem estar. Lavra o seu energico protesto contra a guerra, sendo secundado por a numerosa assistencia.

Nesta altura, um tal Alfredo de Carvalho pede a palavra para refutar as palavras de Lucena. Sendo-lhe concedida pronouciou uma enfiada de palavras que não refutaram coisa nenhuma. Argumentos são argumentos, diz o adagio. Mas o contraditor é que não sabia disso. E por mais que esgrimisse a sua dialectica, não foi capaz de encontrar um ponto de apoio, motivo porque, a certa altura, protesta energicamente contra a guerra, «porque ela só tinha em vista dar cabo dos trabalhadores e favorecer os interesses dos capitalistas.»

A conferencia é então encerrada no meio de calorosos gritos de Abaixo a guerra e os assassinos do povo... Viva a paz universal e a emancipação dos trabalhadores.

Por entre a miséria e a fome que presentemente, e mercê dum guerra criminosa invadem os lares dos que trabalham, comtem-se, de quando em vez, actos repugnantissimos que constituem um aplauso tácito a essa horrorosa carnificina. São os satisfeitos, os que tem sempre a mesa posta, os que rebentam de indigestão que, á falta doutros acepipes, preten-

dem sorrir-se da desgraça e dos sofrimentos dos que tudo produzem...

A burguesia do Funchal, ancha da sua casta no dia 8 do mez findo entendeu que para se divertir devia organizar um cortejo, para, á sua vontade, manifestar ostensivamente o seu regosijo alarve pela conflagração europeia ser um facto.

E, firme neste proposito, alugou alguns automóveis, num dos quais meteu uma filarmónica, engrinaldrou-os com bandeiras e balões á veneziana e tratou de percorrer as ruas da ilha dando vivas á guerra, estoirando foguetes de bomba rial e de lágrimas. Era uma sua manifestação que lhe ficava bem ao rosto e definia o seu caracter de hienas e de panteras: ria-se da fome nos lares proletários e dava a entender ao mundo culto que possuía ideias... guerreiras... Mais tarde a história falaria deles com aquele acendrado patriotismo de barriga...

Vai senão quando, os trabalhadores, madeirenses, enojados com o procedimento daqueles que ignobilmente os exploram, reúnem-se em número avultado, e á cacetada e á pedrada fizeram debandar tudo. A manifestação redundou num fiasco. Os burgueses e semiburgueses, capitalistas e industriais largaram numa carreira doida, perante a attitude enérgica dos nossos camaradas. E os vivas á guerra, foram substituídos por os gritos de Abaixo a guerra, morram os assassinos do povo, saltados pelos trabalhadores.

Foi uma bela lição que apanharam aquelas criaturas que, no afan da notoriade, não se importavam dos que directamente já estão a sofrer as consequências nefastas da guerra.

Um bravo aos valentes operarios que tão bem souberam mostrar que no seu cérebro germinam ideias de emancipação social. Actos desta natureza nobilitam-nos e elevam-nos no conceito dos trabalhadores de todo o mundo.

Hoje pelas 16 horas realisam-se duas conferencias, sob o tema, a guerra e as suas consequências. Uma é na ex-cooperativa de Oliveira do Douro, Lugar do Outeiro (Gaia), sendo conferente o nosso camarada Serafim Cardoso Lucena; a outra é na sede do centro Regeneração Humana, rua de Azevedo, Campanhã, e é conferente o nosso camarada Manoel J. de Souza.

Açambarcamento

O açambarcamento é uma operação que consiste em retirar da circulação dum país, por meio de compras premeditadas, certo produto, uma forte quantidade de géneros ou mercadorias da mesma espécie, na intenção de causar a sua rareza no mercado e de regular a sua venda, fixando arbitrariamente os preços num dado momento, afim de realizar lucros exorbitantes. O açambarcamento pôde exercer-se sobre todas as espécies de mercadorias e de produtos, mas o termo applica-se mais especialmente a esta especulação quando ella recai sobre objectos de primeira necessidade, como o trigo e outras substâncias alimentares.

O açambarcamento tem sido considerado como um crime pelas mais antigas legislações.

Salomão, no livro da Sabedoria, aponta os açambarcadores á maldição dos povos.

Entre as repúblicas gregas, só Atenas fizera leis contra o açambarcamento; o culpado era punido de morte. Afinal, a Grécia é uma das regiões onde meno influencia parece ter exercido esta calamidade.

Nos tempos da república romana, não havia leis contra o açambarcamento; mas sob o governo dos imperadores, essas leis multiplicam-se. Segundo as

circunstâncias, feriam o culpado dum multa, da confiscação de todos os seus bens ou do exílio perpétuo.

As capitulares de Carlos Magno e as ordenações dos reis de França contem um grande numero de disposições contra os açambarcadores. Todas as leis proibitivas desapareceram no reinado de Henrique IV; Sully concede ao comércio dos cereais uma liberdade sem obstáculos. No tempo de Luis XIII e de Luis XIV voltam a vigorar as leis proibitivas, de novo abandonadas no reinado de Luis XV.

E' então que se forma essa associação conhecida na história pelo Pacto da Fome.

Constituida em 1729, no tempo do ministério d'Orly, foi renovada quatro vezes em setenta e sete annos, e só a revolução de 1789 a pôde destruir.

Dela faziam parte ricos proprietários, financeiros, homens de justiça, cortesãos. Luis XV ajustou-lhe 10 milhões, e é positivo que Luis XVI a conheceu e aprovou. O ultimo acto relativo a esta associação é datado de 12 de julho de 1767.

Não se imagina com que cuidado minucioso e com que cinismo eram previstos e regulados pelos senhores desse tempo os meios de especular sobre a fome de uma nação inteira.

Todas as operações foram favorecidas, protegidas mesmo: puderam exportar os cereais para o estrangeiro e guardá-los nos depósitos. O resultado dessas terribes operações do monopólio do comércio de cereais e outros géneros foi uma série de carestias gerais, que se reperluziram em 1776.

A Revolução, que derrubara o Pacto da Fome, assegurando a venda e livre circulação de grãos e farinhas, não destruiu contudo o mal. Os especuladores acharam largo campo; surgiram em vez do Pacto da Fome, muitas outras associações que não tiveram efeitos menos desastrosos, ajudando a obra das más colleitas, das perturbações sociais, da falta de transportes.

A convenção votou leis punindo de morte os açambarcadores e fixando o máximo. O remédio foi pior que o mal; ninguém ousava já comprar para revender, não sabendo onde acabava o comércio licito e começava o ilícito, polendo qualquer compra ser considerada e denunciada como açambarcamento.

Hoje subsistem nas legislações penalidades contra o açambarcamento, as quais, em regra, não são applicadas, porque iriam atingir pessoas que, por sua situação financeira, ocupam as classes dos que não costumam ser alcançados pelos raios da lei...

Vemos produzirem-se altas artificiais sobre os géneros de primeira necessidade, como a farinha, o açúcar, etc. Essas altas veem do facto de estar o comércio desses géneros á mercê de um punhado de especuladores que se coligam para fixar um preço a seu gosto.

Estes especuladores não são inquietados, apesar das reclamações do publico. Nos Estados Unidos há leis relativas aos trusts, que estes violam sem perigo mil vezes por dia.

Muito se tem discutido sobre a legitimidade ou ilegitimidade do açambarcamento. Uns querem leis restrictivas, outros reclamam liberdade absoluta.

Parece-nos que existe uma terceira opinião que, indo ao fundo da questão, acha que o remédio consiste numa modificação das condições económicas que permitem o açambarcamento.

Uma legislação restrictiva só acidentalmente pôde ser applicada, e ainda assim com parcialidade, porque os especuladores e os financeiros são os verdadeiros governantes. São eles que, em virtude do seu poder plutocrático e da influencia de desastrosa de que são capazes nos negócios de todos os países, tem nas mãos os interesses maiores dos Estados. Os governos são forçados a respeitá-los e por consequência a obedecelhes. Por isso são superiores ás leis,

O açambarcamento só é possível porque, com a organização actual em vigor, pôde uma minoria tomar e deter á vontade uma parte das riquezas sociais, em uma palavra, porque a base do nosso sistema económico é a propriedade individual.

Quando se suprimir a propriedade privada, quando não se puder exercer esse pretendido direito de realizar um lucro, uma renda ou um juro sobre bens possuídos, será impossível o açambarcamento.

A produção será feita para satisfazer as necessidades da sociedade, isto é, de todos os indivíduos que a compõem, e não para enriquecer alguns em prejuizo dos outros.

A. G.

Notas Rubras

A propósito de um caso

Entre varias permutas que leio assiduamente na redacção deste jornal conta-se o «semanario defensor do caixeiro portuário» — Açáo, desta cidade.

Ao fazer, por consequente, na passada semana, a leitura do seu n.º correspondente a 6 do mez que decorre encontrei uma noticia com o titulo — Explicações, que me levou a analisar atentamente o relato dum sessão solene realizada na Associação de Classe dos Empregados do Comercio de Viana do Castelo, no penultimo domingo, 30 de Agosto, para comemorar a promulgação do descanço semanal, pois que a referida local se prendia com a attitude dum nosso camarada, caixeiro de Viana, na mencionada festa.

Não diz o relato quais as palavras que o nosso citado camarada proferiu na tal sessão solene; apenas frisa que ele «firmou a sua discordância com a orientação da festa.»

Se um episodio de solidariedade não me tivesse forçado a dedicar alguma atenção a coisas que se relacionam com o sindicato dos caixeiros de Viana, o caso de que me occupo não teria para mim a importancia que, assim tem.

Porem, há um facto importante, que me obriga a fazer algumas ligeiras considerações á correcta attitude do camarada a que já me referi perante a organização da referida sessão solene:

Quando, em Maio ultimo, a Câmara de Viana deliberou que o commercio daquela cidade abrisse as suas portas nos domingos em que all se realizassem determinadas excursões, a associação dos empregados do commercio do Porto encetou uma campanha contra a resolução tomada pelos edis vianenses.

Na altura em que estava mais acêsa a luta para derrubar esse cerceamento do descanço dominical aos caixeiros de Viana, a Direcção do Centro e Biblioteca de Estudos Sociais foi entender-se com o presidente do Conselho Director da União dos Empregados do Comercio do Porto, para ver se necessario era deixar de realizar a excursão a Viana, que promovia no domingo 19 de Julho p. p., apesar das consideráveis despesas que já havia feito, visto estar em jogo a regalia dos nossos camaradas caixeiros vianenses.

Como não foi necessario fazer esse sacrificio o Centro em questão mandou um officio á Câmara de Viana, protestando contra a resolução de que trato e pedindo uma resposta categorica sobre se sim ou não autorizava a abertura dos estabelecimentos no dia da excursão.

Não sabemos se foi só com a attitude activa do Centro B. E. Sociais que a Câmara reconsiderou; o que é certo é que ella respondeu não deixar abrir os estabelecimentos nesse domingo.

Adiante.

Para fazer uma recepção aos camaradas que tomaram parte na excursão do Centro B. E. Sociais, o sindicato dos manufactores de calçado daquela cidade enviou a todas as associações de classe, suas conterraneas, um convite para esperarem na estação, com as suas respectivas bandeiras, os excursionistas do Porto. Pois, a despeito do Centro B. E. Sociais ser uma colectividade instrutiva e ter tomado uma attitude de verdadeira solidariedade, com certos sacrificios na realização do passeio áquella cidade, essa agremiação respondeu que não esperava a excursão «porque o Centro promotor era um grupo politico.»

Ainda assim tudo se justificaria, em parte, desde que a associação dos caixeiros de Viana tivesse uma certa coerencia em todos os seus actos. Mas tal não se dá.

Essa sessão solene comemorativa da promulgação da lei do descanço semanal foi a coisa mais politica e anti-proletaria que se poderia fazer. Principia-se pela presidencia, que foi o governador civil, o representante do Estado. O presidente da Associação Comercial associa-se á festa, por meio de officio. Um padre, deputado e vereador, faz uso da palavra, terminando com um paternal conselho da forma que os empregados deviam empregar o tempo do descanço...

E, finalmente, são inaugurados dois retratos: Um do padre arcebispo e outro dum patrão!

Por isso, se o camarada Frutuoso Agostinho afirmou a sua discordancia com a orientação da festa, nada mais